

Territorialidades e hierarquias nas arquibancadas: Um olhar sobre as torcidas organizadas brasileiras¹

Natália Morena Lage Silva²

Agripino Souza Coelho Neto³

Resumo: Este artigo apresenta resultados parciais de uma investigação desenvolvida no Mestrado em Estudos Territoriais da Universidade do Estado da Bahia, objetivando compreender as territorialidades das torcidas organizadas do Corinthians nas arquibancadas, fundamentadas em hierarquias de poder. Para a construção desse trabalho adotamos a metodologia do estudo de caso, de modo a obter uma visão mais holística e significativa dos eventos da vida real. Neste âmbito, foram inicialmente inqueridos dirigentes de torcidas organizadas corinthianas. Para tal efeito foi construída uma entrevista semiestruturada, desenvolvida a partir de um guião e aplicado presencialmente a quatro dirigentes de torcidas organizadas do Corinthians no Nordeste. Da análise prévia de conteúdo realizado, concluiu-se que: dentre as torcidas organizadas corinthianas do Nordeste entrevistadas, os dirigentes afirmam autonomia jurídica e social frente às torcidas organizadas corinthianas da capital paulista, não assumindo, portanto, condições de sub-sedes das mesmas; a formação de novas torcidas organizadas corinthianas do Nordeste brasileiro se dá por meio do surgimento das dissidências nas esferas sociopolíticas dessas torcidas, no entanto, os propósitos coletivos permanecem comuns; a representação coletiva das torcidas organizadas nos estádios de futebol ocorre a partir da exposição de faixas, bandeiras e instrumentos que possuem as marcas identitárias próprias de cada torcida, estabelecendo espaços de poder nas arquibancadas.

Palavras-chave: Torcidas Organizadas; Territorialidades; Hierarquias.

1. Introdução

O futebol é considerado um dos esportes mais apreciados pelos brasileiros. No entanto, esse esporte surge no país através das elites e a sua difusão pelo território

¹Trabalho apresentado no GT Política, 4º Simpósio Internacional de Estudos do Futebol.

²Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Estudos Territoriais - UNEB. e-mail: nataliamorena.prof@gmail.com

³Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. e-mail: agscneto@uneb.br

brasileiro ocorreu de modo complexo, hierárquico e implicando em transformações nas configurações sociais já existentes. Nesse sentido, a Geografia enquanto ciência humana nos oferece instrumentos fundamentais para a compreensão desses fenômenos sociais, ao nos permitir, através das categorias geográficas, analisar de forma mais profunda as implicações nos espaços em todas as suas dimensões.

A configuração espacial das arquibancadas é social à medida que o futebol promove a criação de espaços de socialização e coletividade, onde os torcedores se manifestam através de seus símbolos e se organizam, mas também política, a medida em que esses espaços se tornam campos de disputas e os torcedores estabelecem territorialidades. De acordo com Castro (1997) os simbolismos presentes nas relações dos homens entre si e seu meio, materializam-se nos diferentes meios de organização sócio espacial cabendo ao geógrafo o desafio de compreender o mundo através da força dos símbolos, das imagens e do imaginário.

O embate entre torcidas ocorre antes mesmo do apito inicial da partida e não só entre torcidas adversárias, mas, sobretudo entre torcedores do mesmo time. A disputa por espaço de representação na arquibancada leva a conflitos e se estabelecem em diversas frentes, revelando forças, determinando posições e consolidando hierarquias criadas pelos próprios grupos. No Brasil, é crescente o número de disputas territoriais entre torcedores de um mesmo clube, interessados em fazer-se representar nas arquibancadas em apoio ao time, a partir de suas marcas simbólicas-identitárias e ações coletivas no modo de torcer. E é nisso que se centra esse estudo.

Com isso temos as territorialidades das torcidas, nas quais consistem em demarcar seu lugar, estabelecendo, por consequência, relações espaço-poder, a partir do controle/dominação da área geográfica delimitada. Haesbaert (2004, p. 95 e 96) nos ajuda a compreender essas relações quando afirma que “todo território é imerso em relações de dominação e ou/ de apropriação sociedade-espaço, desdobra-se ao longo de um continuum que vai da dominação político-econômica mais ‘concreta’ e ‘funcional’ à apropriação mais subjetiva e/ou ‘cultural-simbólica’”.

Castro (1997, p. 157) também reforça tal compreensão ao argumentar em favor da “inseparabilidade entre imaginário, política e território”, apontando para a necessidade de se compreender a apropriação do espaço a partir dos valores simbólicos.

Neste trabalho onde buscamos analisar o poder hierárquico das torcidas organizadas do Corinthians na conformação de territorialidades em arquibancadas, abordaremos conceitos importantes como articuladores das principais análises que pretendemos desenvolver ao longo deste estudo.

Nesse sentido, interessa-nos investigar de que maneira se dá a (re)configuração territorial nos estádios de futebol, a partir da representação dos movimentos organizados de torcidas, visto que estes espaços condicionam as posições dos sujeitos, compõem as relações de força e provoca um constante (re)ordenamento de territorialidades, baseado em hierarquias criadas pelos grupos. A organização espacial por meio de hierarquias de torcidas nos traz importantes contribuições para análise sobre as novas formas e agentes socioespaciais.

2. As territorialidades das torcidas e o poder hierárquico

O conceito de território é muito amplo e bastante discutido entre pesquisadores da ciência geográfica. Dentre estes, Haesbaert, procura desenvolver em suas obras questões sobre o território centralizado no estudo das relações espaço-poder. Os territórios devem ser caracterizados por meio dos sujeitos que efetivamente exercem poder e que controlam estes espaços, “sejam eles indivíduos, grupos sociais, o Estado, empresas, instituições, como a Igreja, dentre outros” (HAESBAERT, 2004, p.3). O controle social através do espaço varia de acordo com a sociedade, o grupo ou cultura, este território é construído com a premissa de afetar, influenciar e controlar pessoas ou fenômenos.

Então, para Haesbaert (2004), o território pode ser distinguido por ter um caráter funcional e simbólico, pois é exercido o poder no espaço geográfico tanto para realizar funções quanto para produzir significados. Estes nunca poderão se espacializar isoladamente, ou seja, todo território “funcional” tem sempre alguma carga simbólica, por menos expressiva que ela seja, e todo território “simbólico” tem sempre algum caráter funcional, por mais reduzido que ele seja (HAESBAERT, 2004, p.5).

Com isso temos a territorialidade, no qual consiste em distinguir o espaço de outros indivíduos, a partir da dominação da área geográfica dotadas de significados. A territorialidade, além de incorporar uma dimensão estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está “intimamente ligada ao modo como

as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar” (HAESBAERT, 2004, p.3).

As territorialidades não estatais abordadas por Souza (2013) são também constituídas por organizações espaciais determinadas, o que em torcidas organizadas pode se configurar como posicionamento e representação nas arquibancadas a partir da hierarquia.

O conceito de poder pode ser abordado a partir das relações hierárquicas, neste sentido, Perissinotto (2008) contribui com o questionamento: O poder seria uma imposição ou um consenso ilusório? “De um lado encontramos aqueles que definem poder como uma interação entre atores conscientes dos seus interesses e do caráter antagônico de suas preferências. [...] De outro lado, há os que entendem o poder como uma relação social institucionalizada, que distribui desigualmente os recursos sociais, mas cujo funcionamento ocorre à revelia da consciência dos atores”. Desta maneira, o poder hierárquico pode assumir uma concepção subjetivista ou objetivista, a depender da consciência de atuação dos agentes hegemônicos sobre os demais sujeitos.

Harvey (2014) explica que a organização hierárquica beira o politicamente incorreto para muitos segmentos da esquerda, contrapondo-se à ideia de horizontalidade em algumas escalas de observação, o autor esclarece “considero-a um objetivo excelente, mas que deveríamos reconhecer seus limites como princípio organizacional hegemônico e estar preparados para ir muito além dele sempre que necessário” (HARVEY, 2014, p.139).

Tendo em conta o acima exposto, reconhecemos nas arquibancadas uma rede de significados constituída pelo modo como os torcedores do mesmo clube, mas, de torcidas organizadas diferentes se distribuem, se apropriam dos espaços e expõem suas marcas identitárias, simbólicas estabelecendo espaços de poder.

Entretanto, Castro (1997) nos chama atenção para a necessidade de compreendermos os sentimentos coletivos e as paixões comuns como parte de um simbolismo geral, mediante a qual a comunidade é parte integrante. Alerta ainda a autora, da complexidade dessa tarefa por parte do geógrafo, mediante a necessidade de perceber os processos visíveis, quanto aqueles decorrentes das simbologias dos lugares e conotações subjetivas.

Nessa configuração espacial marcada por tensões, as disputas e rivalidades regionais históricas se acentuam até mesmo quando o objetivo e interesses do torcer estão do mesmo lado.

Os estados nacionais foram consolidados, em sua maior parte, a partir do domínio hegemônico de uma região. (...) Os regionalismos representam, muito mais, lutas por disputas de recursos com base no poder simbólico da afirmação de identidade ou solidariedade a territórios particulares do que um desejo real de soberania. Trata-se, na realidade, da articulação entre escalas territoriais de poder e de identidade que, sendo contraditórias como essência, são complementares enquanto prática política. (CASTRO, 1997, p. 187)

A hierarquia dos grupos torcedores é predeterminada prioritariamente pelo local de origem dos mesmos, cabendo as torcidas do Estado em que o clube de futebol origina-se a hegemonia do espaço das arquibancadas, seguindo do ano de fundação da torcida e número de associados, ou seja, quanto mais próximo ao Estado de origem do clube maior é a importância da torcida organizada nas arquibancadas dos estádios brasileiros. Essa visão hegemônica acaba por invisibilizar as torcidas organizadas de menor porte e que não surgiram dentro da região originária do clube.

3. O papel das torcidas organizadas no contexto empresarial dos clubes

Independentemente da classe social que se faz parte, o futebol é considerado como um dos esportes preferidos dos brasileiros. Desde a sua invenção enquanto atividade social, educativa e de entretenimento (Areias, 2007) até os dias atuais, as transformações impostas a esse esporte, seja pelo aspecto econômico, cultural e tecnológico tem implicado em novas organizações, resultando na criação de confederações, associações e torcidas organizadas, levando com isso a uma profissionalização dos clubes.

Os investimentos realizados pelas empresas privadas nos clubes de futebol, a transmissão do esporte através dos mais variados meios de comunicação, a partir de contratos de exclusividade entre confederações, clubes e redes de TV e perspectivado pelo interesse e sentimento de pertença do torcedor pelos seus times e respectivos campeonatos, tem aproximado cada vez mais o futebol ao capital privado e a necessidade de rentabilidade crescente.

Dessa forma os clubes de futebol têm buscado investimentos, desenvolvido campanhas e promovido cada vez mais incentivos de maneira a ampliar o seu número de associados (torcedores) tanto a nível local quanto nacional. Nesse sentido, importa compreender o papel preponderante das torcidas organizadas no contexto empresarial dos clubes seja como agente propagador da imagem do time a serviço do clube e financiado para tal, ou como consumidor da “marca” clubística ou até mesmo como fiscal das ações financeiras do mesmo. Essa relação multifacetada de algum modo é marcada por contrariedades e insurgências revelando que a complexa rede de interesses no futebol tem se sobreposto ao torcer genuíno pelo seu clube de coração.

A prática torcedora tem sido marcada por interesses econômicos e políticos para além da paixão pelo time. Essa relação ambígua levou à criação do Estatuto do Torcedor que regula práticas, deveres e direitos individuais ou coletivos, além de estabelecer diretrizes. A Lei Federal que legisla sobre o Estatuto do Torcedor é um mecanismo estatal de controle e silenciamento das arquibancadas com pretexto de combater a violência crescente nos estádios, mas que pouco leva em conta a real necessidade de assistência aos clubes ou propostas efetivas voltadas a manter a segurança e transparência nos jogos frente a atuação das torcidas, sobretudo as organizadas.

4. Resultados e discussões

Conforme mencionamos anteriormente, o desenvolvimento desse estudo esteve voltado a compreender as territorialidades das torcidas organizadas do Corinthians nas arquibancadas, fundamentadas em hierarquias de poder. Tratou-se de um estudo de cariz qualitativo, que pretendeu ouvir em discurso direto, mediado por um guião de entrevista semiestruturado os dirigentes das torcidas organizadas do Corinthians no Nordeste.

As entrevistas foram gravadas individualmente para fins dessa pesquisa e depois transcritas para a realização da análise de conteúdo. A partir da informação recolhida apresentaremos a análise e discussão dos dados das entrevistas baseadas nas seguintes categorias prévias: Motivação; Legitimação; Territorialidades; Hierarquias.

Relativamente a primeira categoria, queremos através do discurso dos dirigentes das torcidas organizadas do Corinthians do Nordeste apresentar as principais motivações que os levaram a ser um membro da torcida organizada.

Verificamos pois, que no falar do respectivo entrevistado, a principal motivação em ser um membro da torcida organizada é poder participar em conjunto de atividades torcedoras e o sentimento de pertencimento ou identificação ideológica com a sua determinada torcida. Neste sentido, o Dirigente A esclarece “Ser torcedor organizado permite que estejamos reunidos pelo Corinthians e honrando a camisa que a gente veste, assim desenvolvemos relações de amizade com que podemos contar pra qualquer ajuda, de forma mútua (...)” O Dirigente B relata propósito semelhante “O nosso lema é a união da família Fiel no estado, sendo Corinthians, não importa se é torcida X, Y, daqui ou de SP, a gente abraça (...)”. O Dirigente C reforça “(...) existe a necessidade de fortalecimento e união entre torcedores do time”, enquanto o Dirigente D aponta para “a luta contra estigmatização midiática e social dos movimentos organizados de torcida” e ainda nos indica que “as torcidas organizadas são as principais fiscalizadoras dos administradores do clube, neste sentido, as torcidas tem papel fundamental de estar de olho nas ações administrativas e financeiras de quem comanda o Corinthians, não deixamos passar nada!”.

No que se refere a legitimação jurídica e/ou social das torcidas organizadas cujos dirigentes foram entrevistados, constatamos através da análise do discurso que parte das torcidas organizadas corinthianas no Nordeste brasileiro não detém institucionalização através dos órgãos públicos, entretanto possuem respaldo social por outras torcidas e pelo Clube, diante sua atuação nas arquibancadas ao longo dos anos. Todos os entrevistados relatam que apesar da legitimação social, a representação torcedora nas arquibancadas se torna inviabilizada em alguns jogos caso não haja a institucionalização jurídica por parte destas junto às entidades públicas competentes.

De acordo com a Lei Federal nº 12.299, de 27 de Julho 2010, artigo 2º-A: Considera-se torcida organizada, para os efeitos desta Lei, a pessoa jurídica de direito privado ou existente de fato, que se organize para o fim de torcer e apoiar entidade de prática esportiva de qualquer natureza ou modalidade. O Dirigente C nos traz o estatuto da torcida como outro requisito “para ser torcedor organizado, precisamos de um estatuto com nossas diretrizes basilares, mas ainda não temos CNPJ! Estamos trabalhando nisso para, no máximo, quando atingirmos nossos 15 anos de caminhada termos tudo certo, que seria até o próximo ano para alinhar essa proposta”, na mesma situação de não oficialização jurídica, o Dirigente D nos indica “(...) ainda assim temos o reconhecimento

por parte das demais torcidas, vamos aos jogos com nossa camisa e somos parte da arquibancada, mas temos dificuldade em expôr nosso patrimônio, estando a mercê de outras torcidas do Nordeste que possuem essa institucionalização para entrarem com nosso material”. O Dirigente A, cuja torcida possui CNPJ e estatuto próprio, estando assim oficializada perante os órgãos e entidades esportivas, nos explica “Para entrarmos com o patrimônio e material da torcida, precisamos enviar um ofício para autorização do BEPE (Batalhão Especializado em Policiamento de Eventos), informar nosso cadastro, as medidas da faixa ou bandeira de acordo com o espaço destinado à nossa torcida na arquibanda e também promover alguns associados à responsabilidade de transportar esse material com segurança, associados preparados para essa função, visto que não podemos ser pegos de surpresa por torcedores rivais, correndo o risco de perder o patrimônio”.

Quanto a representação e territorialidades das torcidas organizadas corinthianas nas arquibancadas observamos que a representação dos movimentos organizados de torcidas nos estádios de futebol se dá a partir da exposição dos patrimônios, quais sejam faixas, bandeiras, instrumentos. A representação das torcidas organizadas conforma a construção de territorialidades por meio da demarcação de espaços das arquibancadas. De acordo com o Dirigente C existe “a busca pelo direito do torcer e democracia nas arquibancadas”, o Dirigente A reforça: “A nossa torcida luta contra o regionalismo, porque morar em outra cidade é mais difícil, temos muitos mistos, mas não aceitamos alianças. A gente é caminhada solo, não temos relação com as torcidas (corinthianas) de São Paulo, não dependemos nem nos favorecemos pelas ações do clube, a nossa luta é a favor da democracia na (arqui)bancada.”

A organização do espaço destinado a cada torcida é feita a partir de pressupostos hierárquicos, como nos explica o Dirigente D “Existe uma hierarquia! As torcidas (corinthianas) de São Paulo têm prioridade para estender suas faixas. Nós temos o entendimento que, por essas torcidas serem mais antigas e representarem a nossa voz em todo o mundo, passam a ter prioridade de representação. Nós respeitamos, mas não aceitamos”.

Quando questionado a respeito de ter presenciado, durante sua trajetória em torcida organizada, alguma prática hierárquica na arquibancada, o Dirigente B nos conta “já tivemos problemas sérios por causa disso, foi até televisionado o conflito que se deu por conta dessa imposição das torcidas (corinthianas) de São Paulo em ocupar a

arquibancada seguindo a lógica da hierarquia e até hoje não é fácil a gente colocar a faixa no estádio, infelizmente, as grandes torcidas não entendem que a gente quer um espaço para representar nossa voz, ninguém é mais torcedor que o outro por ter mais tempo de caminhada ou visibilidade”. Sobre o mesmo episódio, o Dirigente A relata “houve uma briga no estádio entre uma torcida corinthiana daqui do Nordeste e uma de São Paulo por causa do espaço para expôr a faixa (...) tinha pra todo mundo naquele jogo e o olhar de superioridade de uma determinada torcida corinthiana paulista fez com que outra, corinthiana nordestina, não pudesse se fazer representar em sua própria casa, em seu estado natal”.

Nas torcidas organizadas do Corinthians, a hierarquia se estabelece a partir de critérios como o ano de fundação, número de associados e representatividade em geral. A organização hierárquica de representação das torcidas organizadas corinthianas segue uma ordem de expressão territorial. A Gaviões da Fiel é a primeira torcida a ocupar e expôr seu patrimônio nas arquibancadas, seguida da Camisa 12, Pavilhão 9, Estopim da Fiel, Coringão Chopp e Fiel Macabra. A sétima torcida é a representante local. As demais podem ocupar o restante da arquibancada e estender suas faixas, caso haja espaço para tal. Portanto, a representação das torcidas organizadas nas arquibancadas se manifesta em consonância às lógicas hegemônicas de produção e reprodução do espaço na vida urbana.

5. Considerações finais

As observações efetuadas ao longo desta pesquisa permitem estabelecer considerações sobre os resultados alcançados. Atenta a sua finalidade que foi compreender as territorialidades das torcidas organizadas do Corinthians nas arquibancadas, fundamentadas em hierarquias de poder verificamos a partir dos relatos dos entrevistados que a motivação do ser torcedor organizado perpassa pela escala de identidade sociopolítica, na busca pela legitimação, muitas vezes esbarrando no regionalismo que assenta as hierarquias, sendo estas sobressalientes na construção das territorialidades nas arquibancadas.

Constatamos também, que de igual modo a distribuição dos espaços destinados a torcidas organizadas acompanha a lógica social de dominação a partir do poder institucional, verificando-se dessa maneira a invisibilização de representatividade nas

arquibancadas de torcidas organizadas de menor porte ou de fora da capital paulista, o que gera conflitos e disputas pelos espaços predefinidos a pelos grupos de torcedores.

Reforçamos a necessidade da intervenção dos clubes no sentido de diminuir as assimetrias verificadas no que diz respeito as torcidas do Sudeste e Nordeste do país, priorizando ações e financiamento para que as T.O de outros Estados possam expressar os seus símbolos de pertença de modo igualitário e democrático dentro das arquibancadas de futebol.

Sugere-se que o regionalismo tem forte influência nos processos de produção e organização espacial das arquibancadas, sendo o questionamento do padrão de representação por hierarquias válido e suscetível a estudos mais aprofundados em confronto ao parecer das demais torcidas de outras regiões do Brasil.

Referências Bibliográficas

AREIAS, J. H. **Uma Bela Jogada: 20 anos de marketing esportivo**. Rio de Janeiro: Outras Letras, 2007.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo** (5a ed.). Edições 70, 2018.

CASTRO, I. E. **Imaginário político e território: natureza, regionalismo e representação**. Explorações geográficas 1 (1997): 155-196.

HARVEY, D. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HAESBAERT, R. **Dilema de conceitos: espaço-território e contenção territorial** em: Saquet, M. e Sposito, E. (org.) Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos, Expressão Popular, São Paulo, pp. 95-120, 2009.

HAESBAERT, R. **Território e multiterritorialidade: um debate**. GEOgraphia, Rio de Janeiro, ano IX, n. 17, 2007. p. 19-45.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2004.

LEI FEDERAL nº 12.299, de 27 de Julho 2010, artigo 2º-A, Diário Oficial da União Seção 1 - 28/07/2010, Página 1.

PERISSINOTTO, R. M. **Poder: imposição ou consenso ilusório? Por um retorno a Max Weber**. In: NOBRE, Renarde Freire (org.) 7759, O poder no pensamento

SOUZA, M. L. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 4. ed. 2010.